

déficit de natureza e crise civilizatória: educação socioambiental como caminho para o bem viver

nature deficit and civilizational crisis: socio-environmental education as a path to good living

Aparecida Kida Sanches

Bióloga e Educadora

Autônoma

São Paulo, SP

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8114-0656>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17517316>

Resumo: Este ensaio traz ponderações permeadas pela convicção de que o déficit de natureza é a maior injustiça da atualidade e também pelos questionamentos: qual educação ambiental queremos/precisamos? Quanto dessa formação socioambiental pode/precisa ser transposta em atitudes governamentais, empresariais e cotidianas? Argumentar a respeito da importância da Educação Socioambiental na formação das pessoas, que possa elucidar, de forma contextualizada, a grave crise socioambiental em que vivemos e que também possa ser transformadora para levar à construção de outras formas de ser e viver na sociedade, em (re)conexão com a natureza e entendendo que comunidades do bem viver possam ser uma realidade. A autora versa sobre como negar o acesso à natureza prejudica o desenvolvimento cognitivo, ético e relacional dos seres humanos e o quanto é necessário que o(a)s tomadores de decisão (em todos os níveis), empresários, profissionais em geral e a sociedade como um todo, percebam a crise civilizatória em que vivemos e sejam sensibilizados e mobilizados para a construção de sociedades realmente mais justas e sustentáveis (bem viver). Entre as questões aqui tratadas há um chamado para o cumprimento da nossa Constituição (Artigo 225) associado à necessária inclusão (prevista em Lei) da Educação Ambiental, não apenas em todos os níveis e modalidades de ensino, mas em todas as instituições e para toda a sociedade, de modo a garantir esse direito. Nesse contexto, também pretende discutir o papel da comunicação de massa e das mídias sociais sobre esses processos educativos.

Palavras-chave: (1) Déficit de natureza; (2) Crise civilizatória; (3) Educação socioambiental; (4) Injustiça ambiental; (5) Educomunicação.

Abstract: This essay presents considerations permeated by the conviction that the deficit of nature is the greatest injustice of our time and by the questions: Which environmental education do we want/need? How much of this socio-environmental education can/needs to be transposed into governmental, business and everyday attitudes? To

argue about the importance of Socio-environmental Education in people's education, which can elucidate, in a contextualized way, the serious socio-environmental crisis in which we live and which can also be transformative to lead to the construction of other ways of being and living in society, in (re)connection with nature and understanding that communities of good living can be a reality. The author discusses how denying access to nature harms the cognitive, ethical and relational development of human beings and how necessary it is for decision-makers (at all levels), businesspeople, professionals in general and society as a whole to realize the civilizational crisis in which we live and to be sensitized and mobilized to build truly fairer and more sustainable societies (good living). Among the issues addressed here there is a call for compliance with our Constitution (Article 225) associated with the necessary inclusion (provided for by law) of Environmental Education, not only at all levels and modalities of education, but in all institutions and for the entire society, to guarantee this right. What is discussed is the role of mass communication, social media and their educational processes.

Keywords: (1) Nature deficit; (2) Civilizational crisis; (3) Socio-environmental education; (4) Environmental injustice; (5) Educommunication

Introdução

Somos natureza, fazemos parte da cadeia da vida, compartilhamos o planeta com as demais espécies e somos dependentes dos ciclos naturais para viver. Apesar disso, temos tratado a natureza como recurso natural e transformamos a vida, nossos corpos, e até nossa existência, em mercadorias lucrativas para uma pequeníssima parcela da humanidade. Considerando essa realidade e minhas vivências e reflexões decorrentes de minha trajetória como mulher, professora, bióloga, educadora ambiental, penso que a separação ser humano e natureza está no cerne de toda essa crise civilizatória em que o *déficit de natureza*, desencadeado dessa desconexão com nossa essência, é uma das maiores injustiças da atualidade.

Essa questão é tão grave que já existem estudos que demonstram que a desconexão com a natureza pode causar problemas no desenvolvimento das pessoas, o chamado “*Transtorno do Déficit de Natureza*” (LOUV), que se refere aos impactos negativos relacionados ao distanciamento das crianças da natureza. Conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria e Instituto Alana:

... Muitas pesquisas mostraram que o convívio com a natureza na infância e na adolescência: melhora o controle de doenças crônicas como diabetes, asma, obesidade, diminui o risco de dependência ao álcool e a outras drogas, favorece o desenvolvimento neuropsicomotor e reduz os problemas de comportamento, além de proporcionar bem-estar mental, equilibrar os níveis de vitamina ; ajuda a fomentar a criatividade, a iniciativa, a autoconfiança, a capacidade de escolha, de tomar decisões e resolver problemas, contribui para o desenvolvimento de múltiplas linguagens e a melhora da coordenação psicomotora, além de benefícios ligados ao campo da ética e da sensibilidade, como encantamento, empatia, humildade e senso de pertencimento (SBP & ALANA: 5).

Para garantirmos o direito a uma vida digna e plena, em um ambiente ecologicamente equilibrado, é preciso mudar o sistema e transformar a sociedade, construindo novas formas de ser e viver no planeta, que se aproximem do bem viver. Com as mudanças climáticas e o colapso ambiental eminente, ações efetivas e concretas rumo a sociedades sustentáveis se tornou uma necessidade cada vez mais urgente. Mas como transformar a sociedade? É possível?

Será preciso aprender a fazer tudo diferente: novas formas de fazer política, outras economias, outras saúdes, outras agriculturas, outros consumos, outras formas de comunicação, e assim por diante. Parece impossível, mas temos iniciativas promissoras e conhecimentos consolidados em todas essas áreas. No Brasil, temos legislação pertinente, documentos orientadores, profissionais competentes, saberes científicos, tecnológicos e tradicionais robustos. Porém, temos também uma pequena parcela da população dominante que utiliza seus recursos para controlar as mídias, os

políticos e, desse modo, impor a manutenção das desigualdades e da sociedade consumista, mercadológica, despolitizada, para atender aos interesses econômicos dos que se colocam como donos do mundo. Esse sistema funciona tão bem nessa lógica sem lógica, que domina as mentes de grande parcela desfavorecida da população, a qual defende os interesses daqueles que as oprimem.

Um caminho importante e fundamental para a transformação da sociedade é a concepção de outra Educação, uma Educação Socioambiental, pois:

Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda (FREIRE).

Acredito que, para enfrentar essa crise civilizatória e construir outras sociedades, um dos caminhos seria uma Educação Ambiental para a construção de sociedades do bem viver, uma educação integral, baseada na natureza. Coloco abertamente a busca pelo bem viver porque se trata de uma filosofia pautada na necessidade de aprendermos a nos reconectar com a natureza, que existem diversas formas de ser e viver no planeta, presentes e pulsantes em território brasileiro. Segundo Jerá Guarani, *Teko Porã* significa, literalmente, o “belo caminho”, ou o “bem viver”, é uma sabedoria indígena, dos povos ameríndios, e é um conceito que conversa com a ideia de que todos somos interligados, nós, os bichos, os rios, a mata. Para o povo guarani, o *Teko Porã* apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida, uma forma para entender que “esse mundo, do jeito que está, está todo errado”.

A educação que precisamos para que essa transformação, que possa proporcionar a construção de sociedades do bem viver, precisa ser implementada em todos os momentos e setores de nossa existência. Trilhar um caminho educativo para a construção de sociedades do bem viver é um grande desafio, mas penso que pode ser iniciado cumprindo legislações já existentes, como, por exemplo, o artigo 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

E, para garantir esse direito, entre outras ações:

Inciso VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Para regulamentar a inserção da Educação Ambiental em todo o território nacional, temos a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a *Política Nacional de Educação Ambiental*:

Art. 1 Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 3 Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental.

Vale ponderar, contudo, sobre qual educação ambiental queremos/precisamos? Quanto dessa formação socioambiental pode/precisa ser transposta em atitudes governamentais, empresariais e cotidianas?

Educação Socioambiental como caminho para o bem viver

A Educação Ambiental que precisamos contribui com a formação de pessoas capazes de pensar a sociedade, repensar essa civilização a partir de novas perspectivas, diferentes olhares e experiências. Segundo a Ministra Marina Silva,

... a natureza ensina que a insistência é um caminho necessário para transformar a relação da humanidade com o planeta. Educação Ambiental é persistência e insistência. É essa insistência que a natureza nos ensina que deve ir para as políticas públicas.

Existe uma experiência, uma frase, um filme, uma dinâmica capaz de despertar nas pessoas a ideia de conexão com a natureza? Em minhas experiências pude verificar que filmes como *A Natureza está Falando*, são capazes de tocar o emocional de estudantes, abrindo caminho para reflexões e, a partir daí, para o diálogo sobre o que podemos fazer como indivíduos e como sociedade para garantir a proteção dos ecossistemas e de nós mesmos. Nesses processos, penso que se deve inserir conversas sobre políticas públicas, incluindo a verificação de qual ou quais grupos políticos atuam de forma a cumprir com o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado.

Temos que pensar no ser humano integral, o que significa investir também no emocional, na sensibilização, no “desemparedar”, visando a reconexão com a natureza, que é a essência do humano. Talvez a inovação necessária seja propiciar o contato, o pé no chão desde a primeira infância,

o contato com o mar, com os cheiros e sons da natureza, pois a informação por si não é suficiente, a tecnologia não é suficiente... Não basta falar, é preciso dialogar, refletir a partir dos conhecimentos e do contexto em que estamos inserido(a)s. Tem que tratar de valores, do respeito à todas as formas de vida, do cuidado com o planeta, com a planta, com o vizinho, consigo, com a borboleta e também com a lagarta.

E tem que educar socioambientalmente todas as pessoas, de zero a 120 anos de idade, de todas as profissões, com formação inicial e continuada. Tem que ter Educação Ambiental para “todos os lados, tudo ao mesmo tempo agora”. É preciso que os meios de comunicação de massa incluam esses conteúdos, contextos, reflexões e soluções possíveis em sua programação, nas produções audiovisuais, nos programas de auditório, de entrevistas, nas reportagens etc.

Talvez elaborar e oferecer curso para mães e pais nas maternidades, abordando o papel da natureza no desenvolvimento de seus/suas filho(a)s e nas relações interpessoais, na saúde e bem estar de todos os familiares, possa contribuir para a construção de “lares do bem viver”. Mudar a cultura de nossa sociedade, estimular a busca da felicidade, não do consumo e fortalecer os laços comunitários.

Líderes dos governos, empresas e de todas as instituições, públicas e privadas, precisam passar por processos educativos para transformar seus modos de pensar, de ser e estar no mundo, e com isso, possam tomar decisões mais coerentes com nossas legislações, com os direitos humanos e com ética e respeito por todas as formas de vida com as quais compartilhamos o planeta. Acredito que decisões tomadas com esse arcabouço, possibilitarão abrir caminhos para sociedades do bem viver.

Nesse sentido, a Educação Socioambiental que queremos e precisamos precisa ter base científica e de saberes ancestrais, é contextualizada, inovadora, dialógica, reflexiva, acolhedora, afetiva, e presente em todos os espaços, de modo a, por meio de subsídios teóricos e experiências individuais e coletivas vividas, permitir que as pessoas se conscientizem, mudem suas atitudes perante a vida, a sociedade e o ambiente em que vivem. Uma educação que vai muito além de mudar hábitos e comportamentos, mas que leve as pessoas a uma mudança de atitude frente ao planeta, que repense nossa forma de ser e viver, capaz de levar as pessoas a atuar na raiz de nossas crenças, pois é aí que mora a possibilidade de tomar consciência e agir para a transformação. E o(a)s profissionais e educadore(a)s de todos os setores, precisam ser preparado(a)s para isso, em espaços formativos dialógicos, para que possam incorporar em si mesmo(a)s essas transformações, pois ninguém consegue “dar o que não tem”.

É preciso uma educação que promova o pensar, que permita que as pessoas compreendam: opinião, fato, mito, crença, conhecimento científico, saber ancestral, senso comum e saibam diferenciar esses termos em relação

aos que devem reger a sociedade, como coletivo. Essas e outras reflexões precisam ser feitas em todos os processos educativos e devem fazer parte da educação ambiental na formação, por exemplo, de arquiteto(a)s, incluindo aspectos também da permacultura, materiais sustentáveis, justiça socioambiental etc. ou de engenheiro(a)s agrônomo(a)s, abrangendo as agroecologias, permacultura, justiça socioambiental, ética pela vida, alimentação saudável, cuidado com o solo, ar e água... e por aí vai.

Penso que será preciso enfrentar a cultura da desinformação, da produção de “falsas notícias” e de uma educação pautada em resultados e plataformas, que, no meu entender, visam “deseducar para imbecilizar”, pois tem como objetivo treinar o(a)s estudantes para que se tornem ou se mantenham subservientes aos interesses do capital, por assim dizer. Há que se contrapor a isso por meio da democratização e qualificação das grandes mídias de comunicação de massa e da regularização das mídias sociais. Nesse sentido, inserir a educomunicação como forma de garantir direitos, incluindo o de ter uma existência significativa, conectada com a natureza, promovendo a compreensão de que não existe humano aqui e natureza lá – somos natureza - e que destruir a natureza é nos destruir, assim como cuidar da natureza é cuidar da humanidade.

Considerações finais

Finalizo esse ensaio com o entendimento de que temos um caminho educativo para superar a crise civilizatória, que seria educar para a conexão com a natureza, para o bem viver. E que é possível incorporar ações, projetos e atividades já praticadas, acrescentando contexto, inclusive político e econômico, interesses envolvidos, legislação, direitos, as possibilidades de outras formas de ser e viver no planeta, empatia e ética pela vida e cooperação, de modo que a sociedade passe a olhar a natureza, os elementos naturais, não mais como recursos e mercadorias, mas como bens, como seres sagrados, elementos que nos propiciam a vida e sem os quais não sobreviveremos. Enfim, acredito que buscar e trilhar caminhos alternativos de como ser e viver no planeta talvez seja a única possibilidade de (r)existência.

Referências

LOUV, Richard (S/D). “Transtorno do déficit de natureza”, *Alana*. Disponível em: <https://alana.org.br/glossario/transtorno-do-deficit-de-natureza/>
Acesso em: 25/07/2025.

BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República. Artigo 225. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 04/07/2025.

_____. (1999). *Lei nº 9795 de 27 de abril*. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pnea.pdf> Acesso em: 20/07/2025.

BRASIL247 (2025). “Marina Silva defende educação ambiental como resposta à crise climática durante congresso em Manaus”. Disponível em: https://www.brasil247.com/brasil-sustentavel/marina-silva-defende-educacao-ambiental-como-resposta-a-crise-climatica-durante-congresso-em-manaus#google_vignette Acesso em: 23/07/2025.

LOUV, Richard (S/D). “Transtorno do déficit de natureza”, *Alana*. Disponível em: <https://alana.org.br/glossario/transtorno-do-deficit-de-natureza/> Acesso em: 25/07/2025.

REVISTA FIQUE BEM (2022). “Teko Porã: a filosofia do bem viver na sabedoria guarani”. Edição n.18, julho. Disponível em: <https://www.fiquebem.org.br/julho2022/teko-por%C3%A3-a-filosofia-do-bem-viver-na-sabedoria-guarani>. Acesso em: 20/07/2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA & INSTITUTO ALANA (2019). *Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes*. Manual de Orientação.

Sobre a autora

Aparecida Kida Sanches é uma mulher feminista, ativista socioambiental, antiespecista e que acredita na filosofia do bem viver como alternativa para nossa sociedade. Bióloga de formação, atua como educadora e na produção de materiais didáticos e conteúdos digitais. Mestre em Conservação de Recursos pela UNESP/Rio Claro e “gaiana”, formada em Design em Sustentabilidade pelo Gaia Education. Atualmente faz uma Especialização em Educação Ambiental. Atuou como professora de biologia em escola pública, possui ampla experiência na formação de professore(a)s e gestores, se dedicando às áreas de ensino de Ciências e Biologia, Educação Ambiental, Saúde, Sexualidade e Diversidade. Foi membra da Equipe Curricular da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-SP) por mais de sete anos, sendo responsável pela Formação de Formadores de Professores de Ciências e Biologia, pela coordenação e gestão de ações de Educação Ambiental e Meio Ambiente, incluindo a participação na elaboração e coordenação do curso de Educação Ambiental “Comunidade Educadora Sustentável – educação ambiental na escola e mudanças socioambientais globais”. Foi representante da Seduc na Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho de Recursos Hídricos e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, bem

como nas ações de Educação Ambiental junto ao MEC e MMA, coordenando, entre outras, a realização da IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Na Seduc foi responsável também pela revisão e produção coletiva de materiais didáticos de Ciências e Biologia para toda a rede de ensino do Estado e participou como redatora de Biologia na construção do currículo do Novo Ensino Médio, conforme a nova BNCC. É coautora da Coleção de Ciências Naturais: Decifrando a Natureza (Companhia Editora Nacional). Possui a MEI *Naturezar-se*, pela qual foi mediadora do curso de Educação Ambiental “Florestas nas Escolas”, da ONG Formigas-de-embaúba, à qual ainda se mantém vinculada. Atualmente tem contrato com a Fundação Vanzolini, como editora de material didático de Ciências, destinado a estudantes da Seduc-SP. Dedicar-se também à um projeto pessoal de elaboração de conteúdo sobre Educação Integral, Conservação da Biodiversidade e Sustentabilidade com base na filosofia Teko Porã (Bem Viver). Participa da REPEA (Rede Paulista de Educadores Ambientais), sendo membra do mandato coletivo representando a REPEA na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo – CIEA. Na CIEA atua também no grupo de trabalho responsável pelo Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado de SP e na Comissão Organizadora Estadual da VI Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.